

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÃO DE JUIZ LEIGO DA COMARCA DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE JUÍZES LEIGOS N.º 01/2020

CADERNO DE PROVAS

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES SEGUINTE:

1	Confira se, além deste CADERNO DE PROVAS, que contém 60 (sessenta) questões objetivas e a questão discursiva, você recebeu a FOLHA DE RESPOSTAS da prova objetiva e a FOLHA DE RESPOSTAS da prova dissertativa.
2	Não dobre, não amasse e nem manche as FOLHAS DE RESPOSTAS da prova objetiva e da prova dissertativa. NÃO haverá substituição por erro do candidato.
3	Na FOLHA DE RESPOSTAS da prova objetiva marque, para cada questão, a letra correspondente à opção escolhida para a resposta, à caneta esferográfica de tinta preta ou azul.
4	Para cada uma das questões objetivas são apresentadas 04 (quatro) opções, identificadas com as letras A, B, C e D. Apenas uma responde à questão. A marcação em mais de uma opção anula a questão.
5	A prova dissertativa deverá ser desenvolvida com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 30 (trinta) linhas.
6	A resposta da prova dissertativa deverá ser escrita à caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de forma legível.
7	Quanto à prova dissertativa, somente o texto transcrito para a FOLHA DE RESPOSTAS será considerado para fins de correção. O espaço para rascunho é de uso facultativo e não será considerado para fins de correção.
8	O tempo disponível para esta prova é de 05 (cinco) horas, nele incluído o tempo necessário ao preenchimento de ambas as folhas de respostas.
9	O candidato somente poderá deixar o local de prova após 01 (uma) hora do início da aplicação da prova.
10	O candidato poderá levar o CADERNO DE PROVAS a partir dos últimos 60 (sessenta) minutos destinados à realização da prova.
11	A sua IDENTIFICAÇÃO deverá ocorrer APENAS na parte abaixo da linha pontilhada da FOLHA DE RESPOSTAS. A identificação em qualquer outro local acarretará eliminação do concurso.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1) O artigo 1.º do Código Civil trata da capacidade de direito, estabelecendo que toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil. Quanto ao tema capacidade civil da pessoa natural e seus conceitos correlatos, é correto afirmar que:

- a) Todo aquele que tem capacidade de direito tem também capacidade de fato, que é a capacidade de exercício dos direitos.
- b) Legitimidade é a capacidade especial para determinado ato ou negócio jurídico.
- c) Legitimação é a capacidade processual.
- d) A proteção que o Código defere ao nascituro alcança o natimorto no que concerne aos direitos da personalidade.

2) Acerca da desconsideração da personalidade jurídica, é correto afirmar que:

- a) O Código Civil adotou a teoria menor, segundo a qual basta a caracterização do simples prejuízo do credor para que seja afastada a autonomia patrimonial da pessoa jurídica.
- b) Tratando-se de incidente de desconsideração da personalidade jurídica, não cabe a condenação nos ônus sucumbenciais em razão da ausência de previsão legal.
- c) Não é admitida pelo ordenamento jurídico brasileiro a desconsideração inversa, que consiste na responsabilização da pessoa jurídica por dívidas dos sócios.

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÃO DE JUIZ LEIGO DA COMARCA DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE JUÍZES LEIGOS N.º 01/2020

d) Pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos ou de fins não econômicos não estão abrangidas no conceito de abuso da personalidade jurídica.

3) Negócio jurídico é um ato jurídico no qual há uma composição de interesses das partes com uma finalidade específica. Segundo a teoria da Escada Ponteana, o negócio possui três planos, sendo eles: plano da existência, plano da validade e plano da eficácia. Nesse contexto, analise as assertivas abaixo:

I – É plenamente possível que o negócio seja existente, inválido e eficaz.

II – O Código Civil prevê expressamente regras acerca da inexistência do negócio jurídico.

III – A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa.

IV – Como regra, a validade da declaração de vontade não depende de forma especial.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Somente as assertivas III e IV estão corretas.
- c) Somente as assertivas I e II estão incorretas
- d) Somente a assertiva II está incorreta.

4) Determinado pai chega ao hospital com seu filho, que está gravemente ferido. O médico presente afirma que somente fará a cirurgia mediante o pagamento de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), quando na realidade o preço médio do serviço é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). O contrato de prestação de serviços é celebrado. Sobre o caso descrito, pode-se afirmar que:

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÃO DE JUIZ LEIGO DA COMARCA DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE JUÍZES LEIGOS N.º 01/2020

- a) O negócio é anulável em decorrência do vício denominado lesão, o qual exige o dolo de aproveitamento.
- b) O negócio é anulável em decorrência do vício denominado lesão, que possui como elemento objetivo a obrigação excessivamente onerosa.
- c) O negócio jurídico é anulável em decorrência do estado de necessidade, o qual pressupõe que a outra parte tenha conhecimento da situação de perigo.
- d) O negócio jurídico é anulado em decorrência do estado de perigo, não sendo admitida a revisão contratual.

5) Consoante entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça e nos moldes do estabelecido pelo Código Civil, prescreve em 03 (três) anos, exceto:

- a) A pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa;
- b) A pretensão para receber prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias;
- c) A pretensão de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo o prazo da data em que foi deliberada a distribuição
- d) A pretensão para reparação civil com base em inadimplemento contratual.

6) Em relação aos juros moratórios e correção monetária, assinale a alternativa incorreta:

- a) No caso de danos materiais a correção monetária incide a partir da data do efetivo prejuízo.
- b) No caso de danos materiais, tratando-se de responsabilidade extracontratual, os juros moratórios fluem a partir da citação.
- c) No caso de danos morais a correção monetária do valor da indenização incide desde a data do arbitramento.

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÃO DE JUIZ LEIGO DA COMARCA DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE JUÍZES LEIGOS N.º 01/2020

d) Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual.

7) Em relação ao contrato de compra e venda entre ascendente e descendente, é correto afirmar que:

a) O prazo para anular venda de ascendente para descendente é prescricional de dois anos.

b) O prazo para anular venda de ascendente para descendente é decadencial de dois anos.

c) É nula a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.

d) Ainda que o regime de bens seja a separação obrigatória, é indispensável o consentimento do cônjuge do ascendente.

8) Em relação à responsabilidade civil dos danos, consoante entendimento emanado pela jurisprudência pátria, assinale a alternativa correta:

a) O condomínio, por ser uma pessoa jurídica, possui honra objetiva e pode sofrer dano moral.

b) É possível a responsabilização civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, ainda que demonstrada a inexistência entre o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.

c) O direito à indenização por danos morais transmite-se com o falecimento do titular, possuindo os herdeiros da vítima legitimidade ativa para ajuizar ou prosseguir a ação indenizatória.

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÃO DE JUIZ LEIGO DA COMARCA DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE JUÍZES LEIGOS N.º 01/2020

d) O uso da imagem de torcedor inserido no contexto de uma torcida induz a reparação por danos morais ainda que não configurada a projeção, a identificação e a individualização da pessoa nela representada.

9) Sobre a responsabilidade civil, de acordo com entendimento já pacificado pelo Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

a) Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, o autor fica desobrigado a repará-la civilmente pelos danos causados.

b) A ilicitude da conduta é indispensável para a configuração do dever de indenizar.

c) O estabelecimento bancário é responsável pelo pagamento de cheque falso, ressalvadas as hipóteses de culpa exclusiva ou concorrente do correntista.

d) Se houver concorrência de culpas e danos a ambas as partes, cada qual deve arcar com seus respectivos prejuízos.

10) Na alienação fiduciária em garantia, regida pelo Decreto Lei n.º 911/1969, é correto afirmar que:

a) A comprovação da mora é prescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente.

b) Para a constituição em mora por meio de notificação extrajudicial, é suficiente que seja entregue no endereço do credor, ainda que não pessoalmente.

c) É possível que o credor fiduciário promova a inscrição do nome do devedor em bancos de proteção ao crédito, desde que previamente tenha tentado vender o bem alienado fiduciariamente.

d) É possível a aplicação da teoria do adimplemento substancial aos contratos de alienação fiduciária regidos pelo Decreto Lei n.º 911/1969.

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÃO DE JUIZ LEIGO DA COMARCA DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE JUÍZES LEIGOS N.º 01/2020

11) Hodiernamente, fala-se em adoção pelo nosso ordenamento jurídico do *modelo constitucional de processo civil*. Nesse contexto, assinale a alternativa incorreta:

- a) O rol de normas fundamentais previsto no Capítulo I do Título Único do Livro I da Parte Geral do Código de Processo Civil não é exaustivo.
- b) A vedação do comportamento contraditório não é aplicável ao órgão jurisdicional.
- c) Os métodos de solução consensual de conflitos devem ser estimulados também nas instâncias recursais.
- d) A verificação da violação à boa-fé objetiva dispensa a comprovação do *animus* do sujeito processual.

12) O direito de ação encontra fundamento Constitucional, e consiste no direito atribuído às partes de buscarem obter um resultado jurisdicional favorável a partir da sua participação do processo em contraditório. Para o seu regular exercício, são exigidos dois requisitos, a saber, legitimidade e interesse. Quanto ao tema, é correto afirmar que:

- a) A legitimação extraordinária pode ser atribuída sem previsão de lei em sentido estrito, desde que seja possível identificá-la no ordenamento, visto como um sistema.
- b) Havendo substituição processual, o substituído não poderá intervir como assistente litisconsorcial.
- c) Embora as condições da ação sejam matéria de ordem pública, não é possível sua análise pelo julgador na fase recursal, visto que incidente a preclusão.
- d) Há ausência de interesse de agir quando o autor postular em juízo apenas a declaração de existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica, visto que ausente o requisito da necessidade.

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÃO DE JUIZ LEIGO DA COMARCA DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE JUÍZES LEIGOS N.º 01/2020

13) O artigo 190 do Código de Processo Civil inovou ao prever a possibilidade das partes firmarem no processo acordos de procedimento para otimizar e racionalizar a atividade jurisdicional, estabelecendo o seguinte no caput: *“Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo”*. Sobre o instituto, é correto afirmar que:

- a) A intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica inviabiliza a celebração de negócios jurídicos processuais.
- b) Os entes despersonalizados podem celebrar negócios jurídicos processuais.
- c) Para que o negócio jurídico processual produza efeitos é imprescindível sua homologação.
- d) O negócio jurídico processual não pode ser celebrado no sistema dos juizados especiais, visto que é incompatível com os seus princípios norteadores.

14) Segundo o artigo 226 do Código de Processo Civil, o Juiz proferirá:

- a) Os despachos no prazo de 10 (dez) dias, as decisões interlocutórias no prazo de 15 (quinze) dias e as sentenças no prazo de 30 (trinta) dias).
- b) Os despachos no prazo de 15 (quinze) dias, as decisões interlocutórias no prazo de 20 (vinte) dias e as sentenças no prazo de 30 (trinta) dias).
- c) Os despachos no prazo de 05 (cinco) dias, as decisões interlocutórias no prazo de 10 (dez) dias e as sentenças no prazo de 20 (vinte) dias.
- d) Os despachos no prazo de 05 (cinco) dias, as decisões interlocutórias no prazo de 10 (dez) dias e as sentenças no prazo de 30 (trinta) dias.

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÃO DE JUIZ LEIGO DA COMARCA DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE JUÍZES LEIGOS N.º 01/2020

15) Litisconsórcio é a pluralidade de demandantes ou de demandados em um mesmo processo. O instituto é regulado pelo Código de Processo Civil, sendo correto afirmar que:

- a) O litisconsórcio necessário por força de lei poderá ser unitário ou simples.
- b) A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será nula se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo.
- c) Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, embora seja suficiente a intimação de um dos litisconsortes em relação aos atos processuais.
- d) O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes quando este comprometer a rápida solução do conflito, providência que somente pode ser tomada na fase de conhecimento, visto que na execução já há título executivo constituído.

16) A denunciação da lide, em sua delimitação moderna, tem a função de adicionar ao processo uma nova lide conexa e, assim, atender ao princípio da economia dos atos processuais e evitar sentenças contraditórias. Sobre o instituto, é incorreto afirmar que:

- a) A falta de denunciação da lide não acarreta a perda do direito de pleitear, em ação autônoma, o direito de regresso.
- b) Caso apresentada fora do prazo, a denunciação da lide feita pelo réu não pode ser admitida mesmo se o denunciado comparecer apenas para contestar o pedido do autor.
- c) Por ter natureza jurídica de ação, a denunciação não pode ser instaurada de ofício, devendo ser requerida pelo autor ou pelo réu.
- d) Em ação de reparação de danos, a seguradora denunciada, se aceitar a denunciação ou contestar o pedido do autor, pode ser condenada, direta e

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÃO DE JUIZ LEIGO DA COMARCA DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE JUÍZES LEIGOS N.º 01/2020

solidariamente junto com o segurado, ao pagamento da indenização devida à vítima, nos limites contratados na apólice.

17) O Código de Processo Civil destinou o Livro V para o regramento das tutelas provisórias, que são tutelas jurisdicionais não definitivas, fundadas em cognição sumária. Sobre o tema, é incorreto afirmar que:

- a) As tutelas provisórias de urgência e de evidência são admissíveis no sistema dos Juizados Especiais.
- b) Não é absoluta a regra que proíbe tutela provisória com efeitos irreversíveis.
- c) A tutela de evidência é compatível com os procedimentos especiais.
- d) Para a concessão da tutela de evidência é imprescindível a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

18) Sobre o tema defesa do réu e revelia, é correto afirmar que:

- a) A reconvenção deve ser oferecida na mesma peça em que o réu contesta, sendo que ao réu é permitido, caso seja de sua conveniência, oferecer apenas a reconvenção.
- b) Na contestação o réu apresentará toda a matéria de defesa que tenha a seu favor, de forma que após tal momento processual não poderá em hipótese alguma deduzir novas alegações.
- c) O efeito material da revelia é a presunção de veracidade das alegações de fato formuladas pelo autor, sendo tal presunção absoluta.
- d) Os prazos contra o revel que tenha patrono nos autos fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial.

19) Em consonância com o atual entendimento jurisprudencial, poderá ser objeto de penhora:

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÃO DE JUIZ LEIGO DA COMARCA DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE JUÍZES LEIGOS N.º 01/2020

- a) Bem de família de condômino, na proporção de sua fração ideal, se inexistente patrimônio próprio do condomínio para responder por dívida oriunda de danos a terceiros.
- b) Os valores oriundos de empréstimo consignado, ainda que o mutuário comprove que os recursos são necessários à de sua manutenção e de sua família.
- c) O bem de família do fiador no caso de contratos de locação comercial.
- d) A pequena propriedade rural familiar constituída de mais de 01 (um) terreno, desde que contínuos e com área total inferior a 04 (quatro) módulos fiscais do município de localização.

20) São títulos executivos extrajudiciais, exceto:

- a) O instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal;
- b) A sentença arbitral.
- c) A letra de câmbio, a nota promissória e o cheque.
- d) O contrato de seguro de vida em caso de morte.

21) No que diz respeito à organização da Administração Pública, é incorreto afirmar que:

- a) No fenômeno da descentralização existe uma especialização de funções dentro da estrutura estatal, sem que isso implique na criação de uma nova pessoa jurídica.
- b) Todas as pessoas integrantes da Administração Indireta só podem ser instituídas por lei, o que decorre da observância e da aplicação do princípio da reserva legal.

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÃO DE JUIZ LEIGO DA COMARCA DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE JUÍZES LEIGOS N.º 01/2020

- c) Em regra, é imprescindível prévia licitação para a concessão ou permissão de exploração de serviços de transporte coletivo de passageiros.
- d) O princípio do controle significa que as entidades que compõem a Administração Indireta, embora dotadas de autonomia, encontram-se vinculadas ao Ente Federativo que as criou.

22) Os órgãos são repartições internas do Estado, sendo correto afirmar que:

- a) Os órgãos Públicos existem somente na Administração Pública Direta.
- b) Segundo a teoria dos órgãos públicos, a atuação dos agentes públicos que compõem tais centros de competência são imputadas à respectiva pessoa estatal.
- c) A criação e a extinção dos órgãos públicos não dependem de lei, podendo materializar-se, portanto, por meio de decreto do chefe do executivo.
- d) Como regra, o órgão público possui capacidade processual.

23) Em relação à Administração Pública Indireta, nos moldes da jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

- a) A Fundação Pública com personalidade jurídica de direito privado não pode adotar o regime celetista para contratação de seus empregados.
- b) A Petrobrás pode criar subsidiárias e, em seguida, alienar o controle acionário delas sem licitação e sem autorização legislativa específica
- c) Sociedade de economia mista, cujas ações são negociadas na Bolsa, e que está voltada à remuneração do capital de seus controladores ou acionistas, tem direito à imunidade tributária recíproca, desde que preste serviço público.

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÃO DE JUIZ LEIGO DA COMARCA DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE JUÍZES LEIGOS N.º 01/2020

d) As empresas públicas e as sociedades de economia mista sujeitam-se a responsabilidade civil subjetiva, independentemente do tipo de atividade por elas exercida.

24) Em relação ao ato administrativo, é correto afirmar que:

a) Excepcionalmente, o silêncio representará a manifestação de vontade administrativa quando houver previsão expressa nesse sentido.

b) A decisão administrativa robótica não precisa ser motivada, de forma que sua opacidade não pode ser usada como motivo de invalidação.

c) Os elementos competência, finalidade e objeto são sempre vinculados, de forma que não poderá o administrador atuar com discricionariedade em relação a eles.

d) Todos os atos emanados do Poder Público possuem presunção de legitimidade e de veracidade.

25) Os atos administrativos podem ser classificados a partir de diversos critérios. Sobre o tema, é incorreto afirmar que:

a) Atos executórios são aqueles que podem ser implementados concretamente pela atividade administrativa, independentemente de manifestação do Poder Judiciário.

b) Atos complexos são formados pela manifestação de dois órgãos, sendo que um define o conteúdo e o outro verifica a sua legitimidade, atuando em caráter instrumental.

c) Atos perfeitos são os atos que já completaram o seu ciclo de formação.

d) Atos ampliativos são aqueles que reconhecem, constituem ou ampliam direitos dos particulares.

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÃO DE JUIZ LEIGO DA COMARCA DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE JUÍZES LEIGOS N.º 01/2020

26) Quanto ao tema responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que:

- a) Vigorava antes da Constituição Federal de 1988 a tese da irresponsabilidade civil do Estado.
- b) Não é possível a configuração da responsabilidade civil do Estado em decorrência da prática pelo poder público de atos lícitos.
- c) A teoria da responsabilidade objetiva não admite causas excludentes do nexo de causalidade.
- d) A responsabilidade das concessionárias e das permissionárias de serviços públicos é regida pela teoria objetiva, independentemente de a vítima ser usuário ou terceiro.

27) Não há dúvidas de que o Estado possui legitimidade para responder pelos danos causados por seus agentes. A questão, entretanto, apresenta algumas nuances, sendo correto afirmar que:

- a) A ação deve ser proposta em face do Estado e do agente público, visto que o caso é de litisconsórcio necessário.
- b) A jurisprudência pátria aplica a tese da dupla garantia, razão pela qual a vítima somente poderá ajuizar a ação de indenização contra o Estado.
- c) O Estado não pode ajuizar ação regressiva em face do agente público causador do dano.
- d) A ação de indenização deve ser ajuizada apenas em face do agente público, vez que será necessário apurar sua culpa para que ocorra a configuração da responsabilidade civil do Estado.

28) Improbidade administrativa é um ato praticado por agente público, ou por particular em conjunto com agente público, e que gera

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÃO DE JUIZ LEIGO DA COMARCA DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE JUÍZES LEIGOS N.º 01/2020

enriquecimento ilícito, causa prejuízo ao erário ou atenta contra os princípios da Administração Pública. Como consequência, é possível o ajuizamento da ação de improbidade administrativa. Sobre o tema, é incorreto afirmar que:

- a) São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.
- b) A ação de improbidade prescreve em cinco anos, tendo como termo inicial o primeiro dia após a cessação do vínculo, se o ato ímprobo for imputado a agente público no exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- c) O prazo prescricional da ação de improbidade é interrompido com a citação do réu.
- d) Não existe prescrição intercorrente nas ações de improbidade administrativa.

29) Quanto à definição de tributo e suas características, é correto afirmar que:

- a) Trata-se de receita originária, visto que se origina do patrimônio do Estado.
- b) Em determinados casos possui finalidade sancionatória, funcionando como penalidade por um ato ilícito.
- c) Somente pode ser criado por lei ou por ato normativo de igual força.
- d) Embora sua cobrança seja realizada mediante atividade administrativa vinculada, em determinados casos admite-se a atuação discricionária do administrador.

30) Quanto às espécies tributárias, assinale a alternativa incorreta:

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÃO DE JUIZ LEIGO DA COMARCA DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE JUÍZES LEIGOS N.º 01/2020

- a) O Código Tributário Nacional adota a teoria tripartição das espécies tributárias, visto que prevê como tributos os impostos, as taxas e as contribuições de melhorias.
- b) O Supremo Tribunal Federal tem adotado a teoria da pentapartição.
- c) Enquanto as taxas e contribuições de melhoria têm caráter retributivo, os impostos tem caráter contributivo.
- d) Os tributos são criados pela Constituição Federal.

31) Com relação à taxa, é correto afirmar que:

- a) É constitucional a criação de taxa de combate a incêndios.
- b) É inconstitucional lei estadual que cria taxa de fiscalização da exploração de recursos hídricos na qual o valor cobrado é muito superior em relação ao custo da atividade estatal relacionada.
- c) O serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.
- d) As taxas municipais de fiscalização e funcionamento podem ter como base de cálculo o número de empregados ou ramo de atividade exercida pelo contribuinte.

32) A Constituição Federal de 1988 proíbe que os entes federados exijam ou aumentem tributos sem lei que o estabeleça, consagrando o princípio da legalidade em matéria tributária. Quanto ao tema, é incorreto afirmar que:

- a) Os requisitos para o parcelamento devem ser fixados em lei específica, não sendo possível que atos infralegais imponham condições não previstas na referida lei.
- b) Não viola a legalidade tributária a lei que delega a fixação do valor da taxa para ato infralegal, desde que respeitados os parâmetros máximos.

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÃO DE JUIZ LEIGO DA COMARCA DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE JUÍZES LEIGOS N.º 01/2020

- c) O prazo de pagamento do tributo pode ser fixado por decreto.
- d) Não há impedimento constitucional à utilização de medida provisória em matéria tributária cuja disciplina esteja reservada à lei complementar.

33) Em relação aos princípios da irretroatividade e da anterioridade, assinale a alternativa incorreta:

- a) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária se sujeita ao princípio da anterioridade.
- b) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e pendentes.
- c) A revogação de benefício fiscal deverá obedecer ao princípio da anterioridade tributária.
- d) Norma legal que altera o prazo de recolhimento da obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.

34) Quanto ao tema obrigação tributária e fato gerador, é correto afirmar que:

- a) Embora a multa tributária não seja tributo, a obrigação de pagá-la tem natureza tributária.
- b) As entidades que gozam de imunidade tributária não se sujeitam às obrigações acessórias.
- c) Não é possível que obrigações acessórias sejam criadas por intermédio de atos infralegais.
- d) Capacidade tributária constitui a possibilidade de figurar no polo ativo da relação jurídico tributária, sendo manifestamente indelegável.

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÃO DE JUIZ LEIGO DA COMARCA DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE JUÍZES LEIGOS N.º 01/2020

35) São hipóteses de suspensão do crédito tributário, exceto:

- a) Remissão.
- b) Parcelamento.
- c) Moratória.
- d) Concessão de medida liminar em mandado de segurança.

36) O Código Tributário Nacional prevê que a prescrição e a decadência extinguem o crédito tributário. Sobre tema, é incorreto afirmar que:

- a) Enquanto o direito de lançar está sujeito à decadência, o direito de receber o valor lançado está sujeito à prescrição.
- b) Como regra geral, o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 05 (cinco) anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- c) A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.
- d) A suspensão do crédito tributário não acarreta a suspensão do prazo prescricional.

37) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

- a) As causas cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo.
- b) Ação de despejo para uso próprio ou para locação do imóvel.
- c) As ações em que for parte o incapaz, desde que devidamente representado pelo responsável.

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÃO DE JUIZ LEIGO DA COMARCA DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE JUÍZES LEIGOS N.º 01/2020

d) As ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente a quarenta vezes o salário mínimo.

38) Em relação a intervenção de terceiros nos juizados especiais, é correto afirmar que:

a) Embora não seja admitida a intervenção de terceiros nos juizados especiais, admite-se a formação de litisconsórcio.

b) Não se admite a intervenção de terceiros nos juizados especiais, tampouco a formação de litisconsórcio, visto que tais fenômenos são incompatíveis com os princípios da simplicidade e da celeridade.

c) Quanto às modalidades de intervenção de terceiros, admite-se apenas a assistência.

d) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica não é admitido nos juizados especiais.

39) Com base nos enunciados do Fórum Nacional dos Juizados Especiais, é correto dizer que:

a) Nos juizados especiais cíveis o autor poderá aditar o pedido até o momento da audiência de instrução e julgamento, ou até a fase instrutória, resguardado ao réu o respectivo direito de defesa.

b) Os procedimentos de tutela de urgência requeridos em caráter antecedente são compatíveis com o sistema dos juizados especiais.

c) É cabível recurso adesivo em sede de juizado especial.

d) A menor complexidade da causa para a fixação da competência é aferida pelo objeto da prova e em face do direito material.

40) Nos termos da Lei n.º 9.099/95, é incorreto afirmar que:

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÃO DE JUIZ LEIGO DA COMARCA DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE JUÍZES LEIGOS N.º 01/2020

- a) Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, para a prática de qualquer ato processual, inclusive para a interposição de recursos, computar-se-ão somente os dias úteis.
- b) Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz.
- c) Não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, com exceção das hipóteses nas quais o ordenamento jurídico admite pedido genérico.
- d) Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de recurso.

41) O diploma consumerista prevê o conceito de consumidor nos seguintes termos: “Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final”. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) Para a teoria finalista, o destinatário final é o destinatário fático, adotando-se, portanto, o conceito jurídico de consumidor.
- b) Para a teoria maximalista, destinatário final é o destinatário fático e econômico.
- c) Para a teoria finalista mitigada, a pessoa jurídica que adquire o produto para utilizá-lo no seu processo produtivo em nenhuma hipótese pode ser considerada consumidora.
- d) Para a teoria finalista mitigada, é possível que a pessoa, mesmo sem ter adquirido o produto ou serviço como destinatária final, possa ser equiparada à condição de consumidora por apresentar frente ao fornecedor alguma vulnerabilidade.

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÃO DE JUIZ LEIGO DA COMARCA DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE JUIZES LEIGOS N.º 01/2020

42) Quanto à aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, é incorreto afirmar que:

- a) Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde.
- b) Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor na relação entre pessoa natural, que visa a atender necessidades próprias, e as sociedades que prestam, de forma habitual e profissional, o serviço de corretagem de valores e títulos mobiliários.
- c) Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de conta-corrente mantidos entre corretora de Bitcoin e instituição financeira.
- d) Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos empreendimentos habitacionais promovidos pelas sociedades cooperativas.

43) Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

- a) Concessionária de transporte ferroviário não tem que indenizar passageira que sofreu assédio sexual praticado por outro usuário no interior do trem.
- b) O laboratório tem responsabilidade subjetiva na ausência de prévia informação qualificada quanto aos possíveis efeitos colaterais da medicação, visto que se trata do risco de desenvolvimento.
- c) O roubo à mão armada em estacionamento gratuito, externo e de livre acesso configura furto interno, atraindo a responsabilidade do estabelecimento comercial pelos danos causados.
- d) A responsabilidade dos hospitais, no que tange à atuação dos médicos contratados que neles laboram, é subjetiva, de forma que independe da demonstração de culpa do profissional.

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÃO DE JUIZ LEIGO DA COMARCA DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE JUÍZES LEIGOS N.º 01/2020

44) Quanto aos modelos de responsabilidade adotados pelo Código de Defesa do Consumidor, é incorreto afirmar que:

- a) A responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço diz respeito aos acidentes consumeristas, equiparando-se a consumidor todas as vítimas do evento.
- b) A responsabilidade pelo vício do produto ou do serviço busca garantir a incolumidade econômica do consumidor.
- c) No que tange a responsabilidade pelo vício do produto ou do serviço, a reclamação obstativa da decadência deve ser feita documentalmente.
- d) Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.

45) No que tange aos bancos de dados e cadastros dos consumidores, é incorreto afirmar que:

- a) O valor do empréstimo que o consumidor não conseguiu obter pelo fato de seu nome ter sido indevidamente negativado pode servir como parâmetro para a fixação da indenização.
- b) Os cadastros e bancos de dados não poderão conter informações negativas do consumidor referentes a período superior a 05 (cinco) anos, tendo como termo inicial o dia seguinte à data de vencimento da dívida.
- c) O órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito deverá notificar o devedor antes de proceder à inscrição.
- d) Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento.

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÃO DE JUIZ LEIGO DA COMARCA DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE JUÍZES LEIGOS N.º 01/2020

46) Quanto aos contratos consumeristas e nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é incorreto afirmar que:

- a) É válida a contratação de empréstimo consignado por analfabeto mediante a assinatura a rogo, a qual não poderá ser substituída pela mera aposição de digital ao contrato escrito.
- b) Bancos envolvidos na portabilidade de crédito possuem o dever de apurar a regularidade do consentimento e da transferência da operação, respondendo solidariamente pelas falhas na prestação do serviço.
- c) O Banco não é responsável por fraude em compra on-line paga via boleto quando não se verificar qualquer falha na prestação do serviço bancário.
- d) O saque indevido de numerário em conta-corrente, mesmo que reconhecido e devolvido pela instituição financeira dias após a prática do ilícito, configura, por si só, dano moral in re ipsa.

47) Nos termos da Resolução n.º 174 do Conselho Nacional de Justiça, é incorreto afirmar que:

- a) Os juízes leigos são auxiliares da justiça recrutados entre advogados com mais de 02 (dois) anos de experiência.
- b) O exercício das funções de juiz leigo, considerado de relevante caráter público, sem vínculo empregatício ou estatutário, é temporário e pressupõe capacitação anterior ao início das atividades.
- c) O juiz leigo não poderá exercer a advocacia enquanto no desempenho de suas funções.
- d) A remuneração dos juízes leigos, quando houver, será estabelecida por ato homologado.

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÃO DE JUIZ LEIGO DA COMARCA DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE JUÍZES LEIGOS N.º 01/2020

48) Nos termos do Código de Ética constante no anexo II da Resolução n.º 174 do Conselho Nacional de Justiça, é incorreto afirmar que:

- a) Não há ilicitude na conduta de captação de clientela pelo juiz leigo durante o exercício de suas funções.
- b) O juiz leigo tem o dever de informar às partes, no início das sessões de conciliação e das audiências de instrução e julgamento, sua condição de auxiliar da justiça subordinado ao juiz togado;
- c) Os juízes leigos têm o dever de fundamentar os projetos de sentença, em linguagem que respeite as exigências técnicas e facilite a compreensão a todos, ainda que não especialistas em Direito.
- d) Em caso de descumprimento de seus deveres, o juiz leigo poderá ser representado por qualquer pessoa perante o juiz togado ou a Coordenação Estadual dos Juizados.

49) Nos termos da Resolução n.º 792 do TJMG, é incorreto afirmar que:

- a) O juiz leigo exercerá suas funções sob a supervisão e a orientação de juiz de direito do Sistema dos Juizados Especiais, com fins de aprendizagem profissional.
- b) É atribuição do juiz leigo realizar audiências de instrução e julgamento, podendo, inclusive, colher provas.
- c) Em caso de afastamento, a qualquer título, do juiz leigo, ser-lhe-ão atribuídos os valores dos atos homologados.
- d) Não se aplicam ao juiz leigo os motivos de impedimento e de suspeição aplicáveis aos magistrados.

50) Nos termos da Portaria Conjunta n.º 880/PR/2019 do TJMG, é incorreto afirmar que:

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÃO DE JUIZ LEIGO DA COMARCA DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE JUÍZES LEIGOS N.º 01/2020

- a) Cumpre ao juiz de direito programar as atividades do juiz leigo designado para exercer suas atividades na respectiva unidade judiciária, de acordo com as diretrizes do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais.
- b) Não serão computados, para fins de produtividade dos juízes leigos, os atos cuja homologação for recusada pelos juízes de direito responsáveis.
- c) A audiência de conciliação convertida em audiência de instrução e julgamento será computada, para fins de produtividade, apenas como instrução e julgamento.
- d) Haverá retribuição aos juízes leigos por acordos juntados pelas partes, mesmo que fora das audiências.

LÍNGUA PORTUGUESA

51) Em qual das assertivas a palavra grifada exerce papel como substantivo?

- a) Recebeu uma vaia monstro.
- b) O seu viver é exemplo para todos.
- c) Deu um drible moleque no guarda.
- d) Era um homem muito orgulhoso.

52) Em qual das assertivas a palavra grifada é classificada como adjetivo?

- a) O orgulhoso não se deu por vencido.
- b) Possuía muita confiança.
- c) Teve muita calma.
- d) A causa comum é defendida por todos.

53) Sobre acentuação gráfica, assinale a alternativa incorreta:

- a) José vem de ônibus, lê o jornal e sempre procura saber os mercados que retêm os melhores preços.
- b) “Deus te abençoe” era o grito de “para” que acalmava a meninada na hora de dormir.
- c) Ainda não soube o porquê de sua desistência do vôo de ontem.
- d) Ontem você não pôde vir pôr água no fogo e souberam disso através dos colegas.

54) Quanto à flexão do substantivo, assinale a alternativa correta:

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÃO DE JUIZ LEIGO DA COMARCA DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE JUÍZES LEIGOS N.º 01/2020

- a) Os abaxios-assinados.
- b) Os vices-presidentes.
- c) Pãozinhos.
- d) Terças-feiras.

55) A opção em que todos os plurais estão corretos é:

- a) Ticos-ticos, farolinhos, guardas-civis.
- b) Anglos-saxões, pães-de-ló, cartões-postais.
- c) Papezinhos, beija-flores, piscas-piscas.
- d) Animaizinhos, revólveres, bênçãos.

56) Quanto ao homônimos e parônimos, é correto afirmar que:

- a) Homônimos homógrafos são aqueles que possuem a grafia diferente, embora tenham a mesma pronúncia.
- b) Homônimos homófonos são aqueles que possuem a mesma grafia, embora tenham pronúncia diferente.
- c) Parônimos são vocábulos que possuem semelhança na pronúncia e/ou na grafia, mas de significados diferentes.
- d) Cavaleiro e Cavalheiro é um exemplo de homônimo.

57) Quanto às figuras de linguagem, é correto afirmar que:

- a) Na catacrese há o emprego figurado de uma palavra, por não se dispor de palavra própria para designar certas ações.
- b) Ocorre a metonímia quando se cruzam sensações diferentes.

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÃO DE JUIZ LEIGO DA COMARCA DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE JÚZES LEIGOS N.º 01/2020

- c) No hipérbato há a repetição de significado do vocábulo ou termos oracionais com finalidade expressiva.
- d) Ocorre a metáfora quando se estabelece uma equivalência entre elementos.

58) Assinale a alternativa na qual ocorre uma hipérbole:

- a) Faltou com a verdade.
- b) Repetir um milhão de vezes.
- c) Era fino como um hipopótamo.
- d) Não há no mundo alegria sem sobressalto, riqueza sem miséria.

59) Quanto à concordância nominal, apresenta-se correta a seguinte assertiva:

- a) O Tribunal qualificou de ilegal aquelas nomeações.
- b) Eu tive boa impressão e pressentimento no hospital.
- c) Segue anexo a documentação pedida sobre a linguagem dos estudantes.
- d) Não usem de meio palavras, já que estamos meio desconfiadas.

60) Quanto à concordância verbal, apresenta-se correta a seguinte assertiva:

- a) Deu dez horas o relógio da matriz, mas no meu já deu onze.
- b) Não pode faltar nas indústrias tanta matéria-prima quanto se diz.
- c) Cada um de nós seis compraremos um livro.
- d) Bastará três pessoas para erguer esse peso.

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÃO DE JUIZ LEIGO DA COMARCA DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE JUÍZES LEIGOS N.º 01/2020

PROVA DISSERTATIVA

O artigo 7.º da Lei Complementar n.º 100/2007 do Estado de Minas Gerais transformou diversos servidores que mantinham vínculo precário com a Administração em titulares de cargos efetivos (regime estatutário). A referida lei foi questionada e o Supremo Tribunal Federal decidiu pela inconstitucionalidade das efetivações por ela efetuadas. Discorra sobre o tema abordando os seguintes pontos:

- Cargo público e emprego público. Conceito, distinções e modo de acesso.
- Qual princípio constitucional foi violado pela lei em questão?
- Com a declaração de nulidade do ato de investidura, os servidores terão direito a alguma verba rescisória? Se sim, qual ou quais?
- Há a incidência de prazo prescricional no caso do servidor cobrar do Estado eventual verba rescisória?

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÃO DE JUIZ LEIGO DA COMARCA DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE JUÍZES LEIGOS N.º 01/2020

Rascunho

A large rectangular area with horizontal ruling lines, intended for writing a draft. The lines are evenly spaced and cover most of the page's width and height. There are some faint marks on the right side of the page, possibly from a staple or punch hole.